

Boletim do Núcleo de Agronegócio - Ano II nº 018 23/05/2005 - Fone: 340 3066

| Cotação de Preços (23/05/05) | Recortes |
|--|---|
| <p>Grãos (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Feijão - R\$ 80,00 a 90,00 Fonte: COARP</p> <p>Milho - R\$ 16,11</p> <p>Soja - R\$ 24,50 Fonte: COOPA-DF</p> <p>Hortaliças (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Alface - R\$ 5,00 / cx de 7 kg</p> <p>Beterraba - R\$ 20,00/ cx 20 kg</p> <p>Cenoura - R\$ 8,00 / cx 20 kg</p> <p>Chuchu - R\$ 7,00 / cx 20 kg</p> <p>Couve Manteiga - R\$ 0,70 / maço</p> <p>Couve Flor - R\$ 9,00 / Dz</p> <p>Mandioca - R\$ 6,00 / cx 20 kg</p> <p>Morango - xxxxx / caixa (04 cumbucas)</p> <p>Pimentão - R\$ 6,00 (C) a 8,00 (E) / cx 12 kg</p> <p>Repolho - R\$ 9,00 / sc 20 kg</p> <p>Tomate - R\$ 20,00 / cx 20 kg Fonte: CEASA-DF</p> <p>Fruticultura (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Goiaba - R\$ 28,00/ cx 20 kg</p> <p>Maracujá - R\$ 1,20/ kg</p> <p>Limão - R\$ 7,00 / cx 20 kg Fonte: CEASA-DF</p> <p>Pecuária</p> <p>Bovino</p> <p>Arroba - R\$ 48,00 NR e R\$ 50,00 R Fonte: FRIGOALFA</p> <p>Bezerro 8 a 12 meses (nelore ou anelore) - R\$ 300,00 a 350,00 Fonte: Zoonews\ Ezio - Padre Bernardo</p> <p>Leite</p> <p>litro - R\$ 0,63 Fonte: Araguaia</p> <p>Suíno - Vivo</p> <p>Kg - R\$ 2,05 Fonte: Asa ALIMENTOS</p> <p>Aves - Frango Vivo</p> <p>Kg - R\$ 1,30 Fonte: Asa ALIMENTOS</p> <p>Carneiro</p> <p>Kg - R\$ 3,00 (Borrego) - carcaça R\$ 7,00; R\$ 2,50 ovelha e carneiro para descarte - carcaça R\$5,80 Fonte : LM</p> | <p>Gado rastreado é vendido com deságio</p> <p>Governo estuda mudar, mais uma vez, as regras de certificação de bovinos e bubalinos. Não está valendo a pena rastrear o gado. Em alguns lugares, o boi sem certificação é comercializado a valores mais altos que o rastreado. As diversas modificações nas normas do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov) fizeram com que muitos produtores corressesem para se adequar às regras e, com isso, hoje há excesso de animais rastreados: estima-se que 25% do rebanho nacional seja certificado. Com normas confusas, o governo pretende mudar definitivamente o sistema - e não mais apenas remendá-lo. As novas regras devem ser apresentadas até quinta-feira pelo comitê do Sisbov.</p> <p>"É a lei da oferta e da procura", avalia Vicente Ferraz, analista da FNP Consultoria. Segundo ele, a diferença entre os dois tipos de animais chegou a ser de até R\$ 2 por arroba e hoje gira em R\$ 1, quando não é negativa para o animal certificado. "Com excesso de oferta, fica mais fácil para o frigorífico apertar o pecuarista", diz Alexandre Mendonça de Barros, da MB Associados.</p> <p>Além da maior oferta de animais no Sisbov, Ferraz aponta como motivo para a diferença o fato de os frigoríficos não exportadores representarem maior risco financeiro (a compra é a prazo) aos produtores. Em algumas localidades, de acordo com a Scot Consultoria, o animal não rastreado chegou a ser adquirido a R\$ 3 por arroba a mais que os demais. Atualmente, em São Paulo, a arroba está cotada a R\$ 55.</p> <p>Sistema voluntário</p> <p>O secretário de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Portocarrero, admite a distorção, mas acredita que, com as mudanças, não mais ocorrerá.</p> <p>O novo sistema continuará sendo voluntário para o mercado interno e poderá ser feito por lote (e não apenas individual). A proposta é que a forma de identificação seja opcional, assim como a entrada no sistema. Hoje, exige-se 40 dias para a exportação.</p> <p>O ministério também quer casar a rastreabilidade com a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA), emitida pelos governos estaduais. Desta forma, as certificadoras auditarão o processo apenas na fazenda. Além disso pretende que o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro) audite as certificadoras. Todas as mudanças, após a aprovação do setor produtivo, serão apresentadas em junho à União Européia, mercado que exige a rastreabilidade.</p> <p>"É uma exigência de mercado irrevogável", diz Portocarrero. Ele acredita que, com as novas normas, futuramente, todo o rebanho seja certificado, mesmo com a adesão voluntária.</p> <p>Fonte: Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados</p> |

Crise no campo derruba vendas na cidade

Endividamento do setor rural e baixos preços dos grãos provocam retração do comércio. A crise do campo está afetando as cidades. O comércio nas regiões produtoras apresentou queda de até 50%. Aumentaram também a inadimplência e o desemprego, que chega a 25% em algumas localidades.

Cotações em baixa, quebra de produtividade devido a uma das maiores secas dos últimos anos, custos de produção em alta e, conseqüentemente, o aumento do endividamento rural, têm afetado os produtores. Indignados com a situação, agricultores prometem parar as estradas de todo o País no próximo dia 31.

Em municípios dependentes do arroz, produto que registra os piores preços desde 2000, como Santa Vitória do Palmar (RS) e Sinop (MT) - também pólo de soja - a comercialização nas lojas caiu de 40% a 50%. No noroeste do Rio Grande do Sul, estima-se que os índices de desemprego cheguem a 25% e a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tenha caído 20% nos quatro meses do ano.

Vendas fracas fizeram lojistas se unirem aos produtores. Nas principais regiões produtoras, o discurso de comerciantes e produtores é o mesmo: a necessidade de intervenção estatal. "O governo precisa rever a classificação do arroz, que provocou redução no preço do grão", diz Afonso Teschima Júnior, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Sinop. Há cerca de um mês, a variedade Cirad, a mais plantada no Mato Grosso, foi rebaixada de longo fino para longo. Com isso, o valor do Cirad caiu pela metade.

Segundo ele, a inadimplência na região chega a 25%. Em Rio Verde (GO), a situação é ainda mais dramática: 51% de inadimplência desde janeiro.

Aumento do desemprego

"Quando o campo vai bem, a prateleira fica vazia, ou seja, o comércio vende bem. Mas quando o agronegócio dá prejuízo, todo mundo perde", diz o presidente da CDL de Cuiabá (MT), Roberto de Almeida. Segundo ele, desde janeiro houve redução de 12% nas vendas na capital. Em Rondonópolis (MT) a queda no comércio é de 7% e já preocupa os lojistas. "Se persistir a crise, vai haver desemprego na cidade", diz Almir de Santana, presidente da CDL.

Se no Centro-Oeste a situação está complicada, no Sul, onde as lavouras foram fortemente prejudicadas por estiagem de 4 meses, a situação talvez seja mais dramática. Apenas o Rio Grande do Sul respondeu por 50% da quebra da safra brasileira de grãos. A situação se agrava porque a região já havia passado por outra seca no ano passado, diz o coordenador do Centro Internacional de Economia e Estudos de Mercado Agrícola da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Argemiro Brum.

"Talvez demore uma década para a economia local se refazer", avalia. Segundo ele, as demissões na região já começaram, mais ainda no setor agropecuário. Brum acredita que apenas 20% dos financiamentos bancários sejam pagos e, no caso do crédito obtido com fornecedores, somente 10%. Por isso, para ele, é preciso que se crie uma linha de crédito destinada ao saneamento das dívidas e também seja subsidiado o seguro agrícola. "É preciso um plano de recuperação, pois o produtor não tem recursos para a safra de verão".

"As pessoas não querem gastar, pois não sabem o que vem pela frente", diz Ary Rabello, diretor de divulgação do CDL Passo Fundo (RS). Em Pelotas (RS), estima-se que as vendas tenham caído 8%. Segundo o presidente do CDL, Renzo Antonioli, primeiro houve uma retração no comércio devido aos prejuízos com a estiagem e agora, com a redução no preço do arroz, a situação se agravou. "Diferente da estiagem, o preço do arroz tem solução mais rápida: compras do governo ou redução das importações." diz. Ele diz que, se a situação perdurar, os lojistas vão se unir aos produtores nos protestos. O mesmo pode acontecer em Sinop.